



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
Nº. 02 – Ano I – 10/2012
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Memórias e Representações Femininas: Ideologias e Utopias dos anos 60

Prof^a. Dr^a. Lia Ciomar Macedo de Faria - UERJ/CNPq/FAPERJ
Pós-doutora em Ciências Políticas – Professora-adjunta UERJ
Rio de Janeiro – RJ - Brasil
Email: liafolia11@gmail.com

Prof. Dr. Washington Dener dos Santos Cunha – UERJ/FAPERJ
Doutor em História Social – Professor-adjunto UERJ
Rio de Janeiro – RJ - Brasil
Email: wdener@uol.com.br

Prof^a. MSc. Rosemaria Josefa Vieira da Silva – UERJ/CEDERJ
Pedagoga e mestre em Educação – Professora-substituta UERJ
Rio de Janeiro – RJ - Brasil
Email: rosevieira26@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo buscou analisar a educação feminina a partir das ideologias e utopias dos anos 60. Destacamos o imaginário social feminino universitário, evidenciando os novos sentidos de ser mulher e educadora que estavam sendo construídos, ressaltando ainda os estudos sobre os jovens universitários, privilegiando o recorte de gênero. Ao pesquisar o imaginário feminino, consideramos que os anos 60 significaram uma época de mudanças sociais, econômicas e culturais; e de que as mulheres dos estratos sociais mais elevados de maioria branca foram as que se apropriaram mais rapidamente da informação. As fontes da pesquisa foram, além da revisão de literatura, músicas, publicações e depoimentos das próprias universitárias. Desta forma, o cruzamento de informações com *lugares de memória*, desvela o percurso dos anos 60 sinaliza algumas pistas de um discurso fundador que aponta para uma nova mulher e uma nova escola.

Palavras-chave: Ideário Republicano, Gênero e Educação e Anos 60.

INTRODUÇÃO

A passagem do Império para a República no Brasil inicia um momento histórico, que transformou a sociedade, a partir das primeiras décadas do século XX. Um dos marcos a serem destacados é a criação da família nuclear, voltada para si, instalada em uma habitação aconchegante. Por outro lado, surge um novo modelo de feminilidade: a esposa, dona de casa, mãe de família, preocupada com os filhos. A mulher como responsável pelos mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, cabendo a ela servir ao esposo e aos filhos.

Ainda se exige a manutenção de um ideal feminino de ser mãe, modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada, implicando na desvalorização profissional, política e intelectual da mulher. Assim, a sessão coordenada “Educação Republicana: memória e representações femininas” tem como objetivo discutir as contradições de um discurso republicano que ainda valorizava o processo de profissionalização feminina baseado na herança patriarcal ibérica. Ao mesmo tempo, a figura feminina republicana se tornará elemento de disputa entre dois imaginários: o da República inspirada na alegoria feminina, como peça legítima de defesa dos ideais franceses e a Igreja, assumindo o princípio sagrado do elemento feminino como símbolo maior de construção da nação. Torna-se importante assinalar como um dos campos dessa disputa o processo educacional.

Os estudos dos pesquisadores consideram o imaginário republicano, construído a partir da Revolução Francesa, relacionando as raízes daquele movimento no contexto europeu do século XVIII, com a gênese da república brasileira, do final do século XIX até os anos 60, quando se evidencia um marco de rupturas.

1.HISTORIAS MENTALIDADES E IDÉIAS

O imaginário se manifesta no fazer histórico através de um universo de significações, sendo o mundo social constituído e articulado em função de tais significações. Logo, uma utopia, uma visão social de mundo, uma doutrina, expressam as relações e representações do processo histórico daquele momento. Os diferentes aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de classes sociais,

e principalmente das chamadas minorias (negros, mulheres, homossexuais entre outros) e seus imaginários sociais, nos apontam as contradições historicamente construídas.

O homem e a mulher utópicos vêm caminhando para atingir uma subjetividade moderna, resistindo a duas formas de sujeição: individualizar-se de acordo com as exigências do poder ou prender-se a uma identidade sabida e bem determinada. Tal utopia de resistência se inspira no pensamento de Foucault¹, que diz ser possível viver a vida como obra de arte, sem que esta necessite ser regulada por uma estrutura jurídica rígida ou por um sistema político autoritário.

Segundo ainda o filósofo, cada sociedade tem discursos que funcionam como verdadeiros, embora sempre haja rupturas e novas mentalidades em gestação. As principais instituições guardiãs do discurso de cada época têm sido a família, a igreja e a escola que se incubem de transmitir os valores *verdadeiros*.

Portanto, nossa preocupação metodológica foi incorrer numa visão evolucionista, optando pelo viés da história das mentalidades ou das idéias, não só analisando os modelos econômicos e políticos da sociedade, mas também as estruturas e subjetividades do pensamento universitário daquela década.

É a partir desse inventário de uma geração que lançamos nosso olhar, sobre as ideologias que povoaram o imaginário social e político das universitárias do antigo Estado da Guanabara. Nosso objetivo foi trilhar e farejar memórias e sentidos que povoaram os caminhos e descaminhos dos anos 60.

Historicamente, as mulheres trabalhadoras não identificam o masculino e o feminino como criações culturais. Deste modo, a política, o sistema jurídico, a religião e a vida intelectual e artística se impõem como construções de uma cultura predominantemente masculina. Assim, aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos, há poucas décadas, o espaço era considerado como meramente masculino.

Mas se o discurso e a prática válidos têm sido as do homem, enquanto parte desse humano construído historicamente, não se pode perder de vista o humano em geral, devido ao risco de se incorrer em um *machismo* feminino. Um mundo mais justo, portanto, só será construído com a participação ativa das mulheres, a partir dos anos 60, tais bandeiras de luta demarcam a discussão política, uma vez que a

¹ Cf. FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

opressão à mulher e sua tentativa de libertação se processavam em regimes considerados de esquerda ou de direita.

Portanto, trata-se de considerar que, na década estudada, a maioria das universitárias é oriunda dos diversos estratos da classe média – bastante afetada pela propaganda de valores consumistas veiculados pelos meios de comunicação, o que torna provável que muitas delas sejam vítimas/cúmplices desse processo de alienação.

Desta forma, procuramos detectar até que ponto os discursos do universo feminino, aliados aos da mídia televisiva, das revistas e periódicos da época, são instâncias de significação e filiam-se a uma memória política, legitimando seus locutores. O que a pesquisa revela é que a alienação histórica feminina tem contribuído para o fortalecimento do papel reprodutor da educação, pois sendo o magistério majoritariamente feminino, sua própria submissão está presente nas salas de aula.

Os espaços ditos femininos, como a escola e a casa, muitas vezes revelam no seu cotidiano a introjeção de todo um discurso opressor masculino, também por parte das mulheres. Há oprimidas que oprimem...

A importância de pesquisas, no campo da história da educação, reside no fato de que a escola também se constrói pela ação dos agentes do processo educacional, especialmente a professora, enquanto sujeito histórico. Logo, as professoras necessitam identificar as condições simbólicas e imaginárias que as produzem em cada sociedade, no entanto, na escola brasileira, historicamente, o imaginário feminino revela-se socialmente conservador.

A presença petrificada da mulher na história social brasileira, como mucama, sinhá-moça, escrava ou professorinha aponta possibilidades de mudança no horizonte de construção de uma nova mulher, sujeito de sua própria história, profissional competente e militante política. A nova professora se afirma além de seus papéis de tia e/ou professorinha, para assumir o papel de cidadã, consciente de sua autonomia intelectual.

Aparentemente, se observam mudanças nas mulheres do século XXI, investigando-se a geração dos anos 60 e sua transição ao longo desses 50 anos, entre rupturas e permanências, identificamos, de fato, uma nova mulher tão diferente de suas mães e avós.

Por outro lado, as mulheres, assim como os homens, têm identidades múltiplas e diferentes imaginários. Não podemos, portanto, definir um único ideal feminino, na medida em que essa suposta identidade feminina é difusa e plural, em meio às suas contradições históricas. O que se coloca então para os cientistas sociais é o reexame desses nossos múltiplos, que contradizem uma única concepção simplista de universalidade.

Um novo papel social da mulher exigiria um repensar dos gêneros, uma mudança correspondente no papel social do homem, uma vez que o desempenho de cada ator social depende de sua interação com o outro. Há pouco tempo, o casamento modificava a condição civil e social da mulher, exigindo inclusive a adoção do nome da família do marido. Atualmente, a legislação permite a cada um dos cônjuges usar o próprio sobrenome. Tal atitude é uma forma, entre outras, de resistência das mulheres para manter a própria identidade, já que o sobrenome faz parte integrante da personalidade de um indivíduo, o “nominando”.

Deste modo, ao sair da esfera privada da família e ingressar na esfera pública – através da escolarização, do trabalho ou da militância política, no caso estudantil – a mulher dos anos 60 tem possibilidades de superar a própria alienação, que lhe foi imposta pela tradicional histórica *condição feminina*.

2.O SONHO DO MUNDO MELHOR: AS FLORES VENCENDO OS CANHÕES²

Na tentativa de analisar o imaginário dos anos 60, levantamos algumas idéias que norteiam o comportamento político-social da juventude universitária da época. São, entre elas, idéias do nacional desenvolvimento, de paz e amor, de uma juventude revolucionária, quase profética, da dicotomia esquerda/direita, da contracultura, da igualdade de direitos para negros e mulheres e da liberdade sexual.

Talvez, nunca se tenha sonhado tanto. Diante do quadro de misérias, injustiças sociais, violências e guerras intermináveis, os jovens dos anos 60 protestam e lutam, movidos pelo sonho de um mundo melhor, independentemente do sistema capitalista ou socialista. O início dessa explosão jovem dá-se em 1962, com o advento do grupo inglês The Beatles, que desencadeia novas formas de

² Música de Geraldo Vandré – “Caminhando e Cantando”.

comportamento. Mais tarde, já como um fenômeno mundial - John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr, apontam para a construção de um mundo novo, expressando tendências diversas.

Atualmente, 50 anos depois, as músicas dos Beatles ainda são relançadas com sucesso, o que nos leva a concluir que algumas das tribos dos anos 60 não só permanecem, como continuam atraindo novos adeptos, através de mensagens *eternas*.

O sonho de um mundo melhor moveu milhares de jovens daquela geração, rumo a um movimento gregário, quase espontâneo em alguns momentos. Enquanto grupo social, eles significaram, na época, o que atualmente representa a participação política, social e profissional das mulheres. Nesse contexto, alguns dos temas mais mobilizadores dos anos 60 foram a crise da sociedade industrial-urbana e a necessidade de um retorno e maior respeito à natureza, sendo o movimento hippie a grande expressão dessa concepção de amor à natureza. Paralelamente, estão presentes, também, as idéias de combate às guerras e à luta pela paz no mundo. As marcas dessas utopias se encontram em expressões como Paz e Amor e Faça Amor, não Faça a Guerra, disseminadas pela juventude daquela década. Por outro lado, um traço bem forte dessa geração era a crença de que deveriam e poderiam mudar o mundo, desvelando idéias de luta e revolução, em meio a certo romantismo ingênuo. De qualquer forma, em todo o processo sócio-histórico, os principais mitos e lideranças são quase sempre masculinos, restando às mulheres um papel geralmente secundário, na construção das utopias que movimentaram os anos 60.

Outro grande tema, que ocupa lugar expressivo nos debates sobre o processo de emancipação humana, é a questão da mulher e da opressão feminina, perpetrada pelos homens, ao longo da história de uma sociedade machista. Tais questões transcendem o simples confronto dos regimes políticos, priorizando a luta pelos direitos da mulher, o combate ao machismo, o amor livre, a luta pela igualdade de direitos. O Movimento Feminista, entre outras lideranças, se fortalece através das idéias da norte americana Betty Friedan também, nos anos 60, as mulheres dão início a um movimento de autonomia, política e profissionalização feminina. Aqueles pertencentes às classes médias vão à luta por seus direitos, mas, para as das classes populares, esse processo se revela mais difícil, por ainda enfrentarem duas

opressões: a de gênero e a de classe, somadas à questão étnica, no caso da mulher negra.

Desta forma, muitos mitos povoaram sonhos daquela geração, ao longo de três décadas, dos anos 60 aos 80: o sonho americano de democracia e do *welfare state*; o sonho da Revolução de 1917, que traria finalmente a igualdade entre os homens e, enfim, o sonho hippie de paz e amor, vencendo as guerras. Todos esses movimentos contribuíram para novos comportamentos, que se delineiam nos anos 60, acompanhados de uma consciência etária, uma oposição jovem/não-jovem. Talvez, ao longo do processo histórico da humanidade, a figura da juventude nunca tenha assumido um papel social tão determinante.

Tudo somado ao processo de mudanças ideológicas, as questões específicas de nossa brasilidade, de um país colonizado, que tem nas raízes de sua colonização a origem de suas contradições e preconceitos.

No Brasil, o ideal de um mundo de paz, amor e justiça constituiu-se também como a principal construção utópica de sua juventude, o que se expressa nas criações artísticas de jovens talentos como, na música popular, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Geraldo Vandré, cujas obras exaltavam a construção de um mundo melhor. Outra característica importante era a concepção de vivência em grupo, o que origina o surgimento dos grupos mineiro e baiano, por exemplo. Ao mesmo tempo, o teatro engajado do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) preocupa-se com a didática da revolução buscando reproduzir as práticas de trabalho grupal. Se compararmos ao mundo das telecomunicações de hoje, associado a uma cultura do individualismo e do narcisismo, a década de 60 direcionou o comportamento dos jovens para uma visão do coletivo e a vida em comunidade, baseada na solidariedade de seus membros.

Vanguarda e conservadorismo.

E como as mulheres brasileiras, particularmente as professoras, participaram da construção desse novo projeto de existência? Como guerrilheiras do Araguaia ou como donas- de -casa? Na Marcha com Deus pela Família ou tirando os sutiãs?

Nos anos 60, a juventude universitária começa, cada vez mais, a se sentir atraída pelo pensamento de esquerda, por ser aquele com o qual mais se identifica,

já que no mundo ocidental, essas eram as idéias consideradas como de oposição ao status quo reinante.

A esquerda católica, influenciada pelas Encíclicas Papais de João XXIII, estava presente no meio jovem, com a criação da Ação Popular (AP). O Partido Comunista, que detinha a hegemonia do pensamento de esquerda no Brasil, sofre um enorme abalo a partir de 61, com as denúncias dos crimes de Stalin, levando à divisão entre o Partido Comunista do Brasileiro (PCB), de linha soviética, e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha chinesa-maoísta, que optou pela guerrilha rural. O que os estudos sinalizaram, é que a utopia de um mundo de igualdade social foi inegavelmente o objetivo maior daquela geração, que acreditou na luta armada como possibilidade de sua realização.

Por outro lado, cresce a importância do debate em torno das idéias do desenvolvimento/subdesenvolvimento, objetivando a criação de estratégias que possibilitassem ao país ultrapassar o estágio de subdesenvolvimento. O movimento pela mudança social irá envolver também as mulheres, levando as jovens universitárias a um processo de revisão crítica de seu papel na sociedade. Alguns nomes femininos também se destacaram durante aquele movimento revolucionário, como Sonia Stuart Rangel, Yara Iavelberg, e Inês Etienne Romeo. As tragédias vividas por essas mulheres e outras tantas no início da década seguinte, confundem-se com a própria tragédia da esquerda brasileira, ocorrida na mesma época. Mas é inegável que a participação feminina, enquanto liderança se revelou minoritária.

Cabe também destacar, como marcos históricos significativos, os Seminários Nacionais de Reforma Universitária, organizados pela UNE em 1961 e 62. Através das cartas da Bahia e do Paraná identificamos os objetivos e princípios do projeto político-social daqueles estudantes. As principais críticas se referiam ao caráter dileitante da universidade, como simples transmissora/repetidora da cultura acumulada. Em contrapartida, destacavam a necessidade de um maior esforço para as atividades de pesquisa. Deste modo, acreditava que a comunidade universitária se transformaria em instrumento do desenvolvimento histórico, apontando a educação como um dos caminhos para todas as reformas, sem o que se tornaria impossível a evolução do país para uma verdadeira democracia. O que se observa é

uma representação romântica quanto à dimensão dos “poderes” que professores e alunos teriam no processo de transformação social.

Mas apesar do discurso vanguardista dos estudantes, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, sancionada em 1961, mantém um quadro social em que as classes populares continuam tendo pouco acesso ao ensino universitário. Por outro lado, o processo de intervenção nas universidades latino-americanas vinha acompanhando os golpes militares, que ocorreram em escalada ao longo dos anos 60. Quando em, 1966, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) assinou o convênio com a *United States Agency for International Development* (Usaid), um de seus principais objetivos era “determinar o que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil”. O projeto também objetivava formar *novas lideranças* pautadas em pressupostos antinacionais, se voltando contra a gratuidade da universidade pública.

Contraditoriamente, apesar do momento repressivo, após o golpe militar de 1964, e da ideologia conservadora que o regime militar imprime à educação, o espaço da universidade pública, ainda propiciava condições para que se elaborassem críticas, de alguma forma utilizada para a oposição ao regime. Muitas teses e dissertações produzidas, a partir dos anos 70/80, questionavam a ideologia dominante e os pressupostos científicos hegemônicos.

Ao mesmo tempo, no sistema educacional oficial, no que se refere principalmente à legislação ao longo dos anos 30/60, o dever ser da mulher e o dever da educação não sofrem rupturas significativas em seus princípios básicos. A partir da década de 30, o sistema educacional e a legislação referente à instituição da família se tornam as áreas principais de preocupação, revelando uma legislação que marca a escola de nossos antepassados com uma ideologia conservadora, hegemônica na sociedade brasileira de então e, que nos influenciaria até a década de 60.

Um dos marcos de tal pensamento está presente no projeto do Plano Nacional de Educação de 1937, que dividia o ensino feminino em doméstico geral, doméstico agrícola e doméstico industrial. O primeiro ciclo prepararia as mulheres para a vida do lar e o segundo formaria as professoras para o sistema de ensino. O projeto não chegou a ser aprovado, sobrevivendo, no entanto, o programa de educação doméstica, desenvolvido em algumas poucas instituições católicas para

mulheres. Logo, a conexão direta entre mulher e nação, evidenciada na expressão mãe-pátria, é amplamente utilizada pela política autoritária, imputando à instituição familiar o ônus de ser o lócus sobre o qual se estrutura a ordem nacional.

Em vários modelos históricos brasileiros pode ser observada a permanência da força destas ideologias autoritárias, como na organização-Tradição, Família e Propriedade e nas várias Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Historicamente, para o Estado autoritário e para a sociedade capitalista, manter a mulher dentro dos limites privados, na medida em que a figura feminina se torna um de seus sustentáculos, significava um de seus pilares.

A grande atenção dada pelo período do Estado Novo à questão da família e, por extensão, à mulher, e considerando também que muito pouco se fez nos governos seguintes para reverter a legislação da época, podemos imaginar o quanto ainda é preciso caminhar para uma transformação da condição feminina.

Se levarmos em conta a recente tradição democrática de nosso país e a interrupção abrupta que ocorre em 64, podemos observar que, em termos legais, pouco se fez até a Constituição Federal de 1988 para não considerar a mulher, a criança, o jovem e o índio, cidadãos de segunda categoria. As práticas opressoras desenvolvidas ao longo da história brasileira, pela Igreja e pelo Estado, não serão facilmente superadas.

Tal fato ocorre porque a mulher foi escolhida para representar o papel da professora, sendo “adestrada” para exercer a função de reprodutora de um saber instituído, que convinha àquela sociedade. Nem sempre as mulheres se aperceberam desse processo alienante, o que vem sendo investigado por pesquisas no campo da história da educação. Assim, professoras, durante décadas, representaram uma das principais defensoras das normas e modelos masculinos que a sociedade capitalista apregoava, mantendo sua hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, identificamos dois domínios sociais básicos: a rua e a casa. No domínio da casa, situado entre o mundo exterior e o interior, estão as janelas, de onde se vê a rua em constante movimento. Certas áreas da casa permitiriam comunicar o de dentro com o de fora e, através de outra leitura, o feminino com o masculino.

Também outro espaço social bem definido dentro da casa é a chamada área de serviço e/ou dependências de empregada. Aqui temos um espaço que relaciona o mundo da casa com a rua, o trabalho, a pobreza e a marginalidade. Além da dicotomia político-privado ou casa-rua, há um universo de conflitos e contradições femininas que tem na janela um significado e um limite de seu imaginário. A mulher está sempre na janela, simples expectadora da vida e não sujeito dela, apenas vendo a vida passar, ou também como objeto sexual do homem, como um produto, nessa vitrine doméstica e/ou comercial.

Quanto ao papel feminino, idéias como sacrifício, dedicação e necessidade, estão associadas à função da mulher, remetendo aos principais símbolos femininos do início da década: esposa e mãe. A profissão de professora é valorizada como um ofício recomendável para as mulheres. As relações mãe/professora e mãe/educação fazem com que o modo de ser da mulher venha sempre associado à formação de crianças e adolescentes. Se considerarmos que até o início dos anos 60, as mulheres, em sua maioria, ainda eram subjugadas pelo machismo, o único espaço profissional bem aceito era o magistério, associado ao uso sistemático de diminutivos, relacionados às imagens femininas: mocinhas, aulinhas, professorinhas. Mais uma vez, o símbolo da beleza surge como representação de mulher, enquanto mãe ou professora. Enfim, as mulheres, além de meigas, suaves e lindas, devem ter muito amor para dar, mesmo nos espaços supostamente profissionais, como a escola, negando deste modo, a autonomia da profissionalização feminina.

Ao fim e ao cabo, o que os estudos sinalizam é que o pensamento característico dos anos 60 sobrevive diluído na pluralidade das tribos deste século XXI, em diferentes marcas de ruptura e permanência. É a tribo das mulheres, Amazonas contemporânea que não quer mais se confrontar com os homens, mas lutar lado a lado em direção a um mundo de paz e justiça social.

Uma questão que permanece aberta à discussão é o direito à educação e, em particular, o acesso à Universidade Pública. Embora a geração dos anos 60 tenha rejeitado os modelos pedagógicos de suas mães e avós, de certo modo, também não adaptou ainda a escola à velocidade tecnológica dos meios de comunicação e à complexidade do atual mundo globalizado.

A mulher-cabeça dos 60 troca o antigo papel de Amélia³, que achava bonito não ter o que comer, pelo de super-mulher, e em muitos casos, se torna a cabeça do casal. Ao mesmo tempo, a escola perde sua centralidade social, nas últimas décadas.

De certa forma, os dois grandes mitos percebidos ao longo do texto – a revolução e a liberdade – envelheceram. Os atuais mitos/metaspaz e liberdade constituem uma defesa contra o tempo e sua usura, visto que o mito sacraliza a história a qual se opõe, porque pertence à categoria do eterno.

MEMORIES AND WOMEN'S REPRESENTATIONS: IDEOLOGIES AND UTOPIAS 60 YEARS

Abstract: This article seeks to analyze female education from ideologies and utopias of the 60s. We highlight the social imaginary female college, showing new ways of being a woman and educator that were being built, while emphasizing studies on university students, favoring a gender. When researching the female imaginary, we consider that the 60 meant a time of social, economic and cultural rights, and that women of higher social strata of the white majority that were appropriated quickly information. The sources of the research were, besides the review of literature, music, publications and testimonials of their own university. Thus, cross-checks with memory seats, unveils the route of the 60 signals some clues founder of a discourse that points to a new wife and a new school.

Key-words: Republican ideology, Gender and Education and 60s.

³“Amélia”, música de Ataufo Alves.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Lisboa: Edições 70, 1972.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** - A experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual, essa nossa (des) conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2003. v.2.

_____. **História da sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2002. v.3.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001. v.1.

GABEIRA, Fernando. Amélia não era mulher de verdade. Jornal do Brasil, Caderno B, Rio de Janeiro, 23 maio 1967.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANTEGA, Guido (org.). **Sexo & poder**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.p.179- 193.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença** - o feminino emergente. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento** - as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

PERROT, Michelle. A mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.18, 1987.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, 3, Memória. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, 1989.

SEMERARO, Giovanni. **A primavera dos anos 60**: A geração de Betinho. São Paulo: Loyola, 1994.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TOSI, Lucia. Cripto-domésticas, interlocutoras inteligentes ou criadoras?. In: **Ensaio de Opinião**, organizador Braz José de Araújo, v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.